

Revista Científica

VERITAS

Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)

Vol. 4
Nº 3 – Dez/2016

Futuros da memória, disputas do património: inteligibilidades
e construção de identidades no Sudeste Asiático



Programa de Pós-Graduação e Pesquisa
Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento

ISSN: 1410-0991

VERITAS

Revista Científica da Universidade Nacional Timor Lorosa'e

VERITAS

Revista Científica da Universidade Nacional Timor Lorosa'e

Patrono

Francisco Miguel Martins (Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosa'e)

Diretor

Francisco Miguel Martins (Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosa'e)

Editor-Chefe

Vicente Paulino (Diretor da Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento)

Editores associados

José Pinto Casquilo & Vasco Vitas da Cruz

Editores técnicos

Antero Bendito (Instituto da Paz – UNTL)

Miguel Maia dos Santos (INL-UNTL)

Capa e Paginação

Vicente Paulino

Dossier organizado por

Lúcio Sousa & Vicente Paulino

Endereço da Redação

UPDC-PPGP – Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL, Avenida 20 de Maio, Dili

Edição

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa - Universidade Nacional Timor Lorosa'e

Impressão e Acabamento: Tipografia Silvia

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: [ISSN 1410-0991](https://doi.org/10.1108/ISSN-1410-0991)

Conselho Editorial

Francisco Miguel Martins (UNTL)
Acácio Amaral Cardoso (UNTL)
José Casquilho (PPGP-UNTL)
Vicente Paulino (PPGP-UNTL/CEMRI-UAberta - Portugal)
Maria Raquel Lucas (Univ. Évora)

Conselho Científico

Aurélio Sérgio Cristóvão Guterres (UNTL)
Adérito Barbosa (FEC/Univ. Católica de Moçambique)
Benjamim de Araújo e Corte-Real (INL-UNTL)
Carlos Andre (COIMBRA)
Rui Graça Feijó (CES-Univ. Coimbra)
Marçal Gusmão (UNTL)
Vasco Fitas da Cruz (Univ. Évora)
João Martins (UNTL)
Luís Amaral (FUP/MINHO)
Pedro Nogueira (Univ. Évora - Portugal)
Robert Evan Verhine (UFBA/BAHIA)
João Nuno Corrêa-Cardoso (Univ. Coimbra)
Lúcio Sousa (Univ. Aberta - Portugal)
José Aroso Linhares (Univ. Coimbra)
Sabina da Fonseca (UNTL)
Vicente Paulino (PPGP-UNTL, CEMRI-UAberta - Portugal)
Peter Dawkins (VICTORIA UNIVERSITY)
Marwata (KRISTEN SATYA WACANA)
Warren Bebbington (MELBOURNE UNIVERSITY)

Índice

Introdução - Futuros da memória, disputas do património: inteligibilidades e construção de identidades no Sudeste Asiático	5
<i>Lúcio Sousa</i> <i>Vicente Paulino</i>	
Património enigmático: os Portugueses na memória colectiva na Minahasa	11
<i>Maria Johanna Schouten</i>	
Portuguese Timor and Second World War: conflicting narratives on common heritage	29
<i>Andrea Soriano</i>	
A objetificação da cultura para construção nacional em Timor-Leste: Perspectivas a partir de coleções de tais	43
<i>Kelly Silva</i> <i>Andreza Ferreira</i>	
Património edificado e construção da memória social: Reconhecimento e homenagens aos mártires em Lautém	61
<i>Rui Graça Feijó</i> <i>Susana de Matos Viegas</i>	
Memória, património e cultura na construção do valor social da pessoa em uma aldeia timorense	79
<i>Daniel Simião</i>	

Património edificado e construção da memória social Reconhecimento e homenagens aos mártires em Lautém*

Rui Graça Feijó*
Susana de Matos Viegas*

Resumo

A paisagem da Ponta Leste de Timor encontra-se gravada pela mão humana que erigiu diversos memoriais em honra dos seus mártires. O presente ensaio começa por referir o enquadramento das políticas públicas destinadas a homenagear os mártires, sublinhando a sua pluralidade de formas, e descreve em seguida casos concretos de edificações a que chamaremos de memoriais. O ensaio mostra a real existência de um enorme investimento financeiro e simbólico em património edificado associado à homenagem aos mártires reflectindo sobre as suas múltiplas componentes socioculturais e políticas a partir de um eixo dinamizador de sentimentos de reputação articulados, por um lado, com a situação sangüinária e dolorosa da luta pela independência e, por outro, com a realidade sociocultural historicamente centrada em dinâmicas de hierarquia e estatuto. A forma como a própria nação timorense se alicerça neste princípio de sofrimento e recompensa será igualmente considerada no enquadramento explicativo da diversidade de formas de homenagear os mártires.

Palavras-Chave: Timor-Leste, mártires, memorialização, *status*, sofrimento

²⁴ O presente ensaio insere-se nos resultados de um projecto que desenvolvemos entre 2012 e 2015 intitulado “Co-habitações: dinâmicas de poder em Lautém (Timor-Leste)” (FCT PTDC/CS-ANT/1181500/2010). O trabalho de campo beneficiou igualmente de apoios da Fundação Oriente em Díli e da Secretaria de Estado das Artes e da Cultura da República Democrática de Timor-Leste. Ao longo destes anos contámos com a colaboração de Abílio do Santos Tilman (primeiro nas funções de delegado local da SEAC e depois como nosso assistente de campo) e, após o seu triste falecimento em 2013, do Mestre Justino Valentim (também ele prematuramente desaparecido em 2014, logo após o termo do nosso trabalho em Lospalos) e ainda de Gil dos Santos. Queremos agradecer a preciosa hospitalidade que nos foi prestada pela família de Júlio e Virgínia Mota. Tendo uma versão deste ensaio sido apresentada no VI Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (Painel T037 – Futuros da Memória, Disputas do Património: Inteligibilidades e Construção de Identidades no Sudeste Asiático, organizado por Lúcio Sousa e Vicente Paulino), queremos agradecer aos organizadores e aos participantes na nossa sessão pelos oportunos comentários que recebemos. Finalmente, este nosso ensaio é dedicado à Senhora Albina Marçal Freitas, que tanto nos ajudou a compreender os mecanismos de homenagem aos mártires, nela simbolizando os timorenses que incansavelmente vão construindo uma paisagem humana repleta de memoriais aos que lutaram por uma terra de liberdade.

*Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – ruifeijo@gmail.com.

*Investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – smviegas@ics.ulisboa.pt.

Introdução

A paisagem de Lautém, na Ponta Leste da ilha de Timor, terra de Fatalukus, encontra-se profundamente gravada pela mão humana através de uma miríade de marcas que evocam, nas palavras de Michael Leach (2009), “memórias difíceis”, e que consistem em diferentes maneiras de verter na linguagem de um património edificado – cemitérios e túmulos, “monumentos” e outros memoriais – as cicatrizes de um período de intenso conflito, durante o qual muitos pereceram no combate pela libertação nacional. Aos restos mortais dos que lutaram pela independência é devida uma sepultura conforme aos preceitos consuetudinários, e à sua memória um tributo que ajude a perpetuar os seus feitos. São os vivos que intervêm de forma decisiva não apenas num processo de preservação e salvaguarda dos feitos dos seus familiares e amigos mas sobretudo na construção de uma memória social num sentido que podemos começar por aproximar ao que Xanana (2015) expressa ao falar da “edificação de sentimentos fortes e partilhados” originados pela rememoração de eventos marcantes, capaz de afirmar uma narrativa tornada necessária face à fragmentação, ambiguidade e, conseqüentemente, pluralidade de relatos em que muitos episódios da resistência se viram envolvidos devido às contingências de um tempo de conflito. Como observou Camila Tribess a propósito da tarefa da CAVR de reconstruir uma memória colectiva sobre os conflitos vividos no país, “as diversas histórias imbricadas no relatório final, muitas vezes complementares, outras vezes contraditórias, se unem numa profusão de vidas modificadas pelo conflito armado, pela tortura, pela morte e pela violência, havendo necessariamente um trauma social contado a cada linha do relatório” (2014: 171). O que se diz sobre esse relatório aplica-se a todo o processo de rememoração, afectado pelo quadro de violência em que se situaram os acontecimentos. Os elementos do património construído neste vasto contexto assumem assim um papel de relevo, tanto pelo seu aspecto imaterial (o modo como se conformam com expectativas relativas ao culto dos mortos e aos preceitos da *kultura* local)²⁵ como pelo esforço material que incorporam.

²⁵ Em Timor-Leste correm hoje em dia três locuções com sentidos idênticos: *lisan* (uma palavra da língua Tétum clássica, com longa história); *adat* (um vocábulo malaio com uso corrente numa vasta área do Sudeste Asiático, e de difusão em Timor-Leste posterior à 1975); e, mais recentemente, evoluindo do Português (mas facilitada pela semelhança com o Inglês), o termo *kultura* tem vindo a generalizar-se como conceito étnico (vide Silva, 2014) Qualquer destes termos tem sido traduzido como “tradição”, “costume” ou “regra consuetudinária”. No entanto, como bem sublinhou David Hicks (2012:27), há que lhes atribuir simultaneamente um âmbito muito vasto, na esteira das “representações colectivas” de que falava Émile Durkheim, e incluir no seu perímetro regras relativas a herança, escolha de esposas, etiqueta ritual, tabus, mecanismos de governação, posse e propriedade de terras, visões cosmológicas, culto dos mortos. No entanto, não se deve presumir que este conjunto de prescrições constitua um corpo normativo positivo e sem contradições, nem que esteja imune à adopção de novos elementos em função da evolução histórica. Por essa razão preferimos, sempre que não estamos a citar qualquer fonte, o uso do vocábulo contemporâneo.

O presente ensaio, que se insere num projecto de investigação mais vasto, procura apresentar um conjunto de casos observados no nosso trabalho de campo (2012-2014). Numa primeira parte, discutimos o modo como as autoridades nacionais de Timor-Leste se têm esforçado por criar uma narrativa abrangente que incorpora os tombados na luta pela independência como “mártires” e em alguns casos “heróis” no âmago da construção da moderna identidade timorense, disponibilizando-se para financiar formas patrimoniais de prestação de homenagem aos caídos na luta, assim como retribuindo através de generosas dotações financeiras aqueles que se empenharam na Resistência – os chamados “veteranos” – e seus familiares. Na segunda parte, mostramos como os Fataluku se mobilizaram de facto para responder à necessidade de homenagear os seus mártires por formas muito diversificadas, incluindo uma relação tensa com as manifestações “oficiais” cuja adequação é por vezes questionada. Mesmo que alguns exemplos aparentemente se pudessem aproximar do que foi levado a cabo na Indonésia onde se instituiu um culto oficial e bastante descentralizado a um número limitado de “heróis nacionais” (Chambert-Loir e Reid, 2002), nomeadamente pela criação em Timor-Leste de cemitérios especiais (os “Jardins dos Heróis”, a nível nacional em Metinaro, e replicados depois em cada distrito) que dominam as formas oficiais de prestação de culto, não se pode descurar o facto deles apenas representarem um segmento, e talvez não muito popular, do culto dos “mártires”, que assume uma pluralidade de formas. Na última parte deste ensaio discorreremos sobre as lições que se podem extrair do material empírico apresentado, procurando situar os esforços dos Fataluku em prestar homenagem aos seus mártires num processo de (re)construção de uma memória social que sustente um lugar de destaque dos desaparecidos e, conseqüentemente, que contribua para que os seus descendentes beneficiem de capital simbólico que legitime a sua reputação e distinção social.

Num contexto como o de Timor-Leste em que tanto se tem falado da canalização de recursos financeiros generosos para os “veteranos” e seus descendentes, por vezes procurando encontrar nela um poderoso motivo que levaria muitos timorenses a procurar acercar-se desse benefício pela via da manifestação pública de reconhecimento pelos feitos dos “seus” heróis, como bem discutiu Lia Kent (2015: 12), a memorialização física dos “mártires” aparece como um paradoxo, na medida em que absorve ela própria parte importante dos recursos disponíveis para as famílias, requerendo que uma explicação para tal facto deva ser buscada nos mecanismos culturais e sociais que privilegiam o longo termo e a vontade de reforçar a legitimidade atinente à distinção social que pode ser obtida através da construção da memória social. Exploramos assim a capacidade heurística de noções como a de “reputação” que, no dizer de Gloria Origgi, é “um poderoso sistema retroactivo do eu sobre si-próprio que constitui a nossa identidade social e que integra na nossa auto-percepção o modo como nos vemos a ser vistos por outros”, podendo por isso ser encarado “como um fim em si mesmo e não apenas

como um meio para atingir benefícios ulteriores” (2016: 8, 50). Assim entendido, o conceito de reputação perde a conotação moralizante com que conviveu em contextos passados de sociedades aristocráticas para assumir uma dimensão cognitiva que lhe permite ombrear com outros conceitos explicativos da acção humana como o de estratégia ou interesse em contextos de sociedades contemporâneas e especificamente na timorense, a qual conta com uma longa e multifacetada história de formas sociais hierárquicas onde o estatuto ganha particular relevância e se expressa em sentimentos de respeito e reputação que têm sido identificados pelos vários estudos das ciências sociais sobre Timor.

A nossa contribuição vai centrar-se na reflexão sobre a diversidade de soluções encontradas para tratar dos milhares de mártires, nomeadamente em termos de património edificado. Não nos iremos preocupar com o estatuto oficial de cada um desses mártires, sejam eles reconhecidos formalmente como “Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional”, sejam vítimas inocentes da violência perpetrada pelos indonésios (estando ainda em discussão a lei enquadradora das “vítimas de guerra”), nem com as manifestações oficiais de reconhecimento dos seus feitos, mas antes com o facto deles legitimarem pelo seu sofrimento o estatuto dos seus familiares (Silva 2009). Neste ensaio, serão “mártires” todos aqueles que são efectivamente encarados como tal por sectores diversificados da sociedade timorense, e que disponham assim de uma forma de legitimidade para reivindicarem tal estatuto ao qual está associada hoje em dia uma aura de prestígio social. Depois de enquadrarmos na próxima secção os debates sobre o tema da construção da memória social a partir da libertação nacional, iremos referir quatro memoriais distintos correspondendo a edificações e escalas diversas: os “Jardins dos Heróis” construídos sob a alçada do governo central; um monumento evocativo de um episódio sangrento no qual pereceram várias dezenas de timorenses; um exemplo de construção de um memorial no local onde existe uma vala comum resultante de um massacre; e finalmente um exemplo de túmulos que contém os despojos de mártires após terem sido trasladados do local de enterramento original.

Contextos de interpretação e análise da emergência dos “mártires”

Em 2002, os deputados à Assembleia Constituinte decidiram transformar o seu trabalho numa “sentida homenagem a todos os mártires da Pátria” (Preâmbulo da CRDTL), desse modo alargando àqueles que já partiram o sentido de comunalidade que deve informar qualquer Constituição. No articulado que aprovaram regressam ao tema ao afirmar que “a RDTL reconhece e valoriza a resistência secular do Povo Maubere contra a dominação estrangeira e o contributo de todos os que lutaram pela independência nacional” (Artº 11) ou ao definir a simbologia das cores da bandeira nacional (Artº 5.2), sendo que a cor vermelha que a domina “representa a

luta pela libertação nacional”. Por seu lado, o Hino Nacional começa logo por dizer: “Pátria, Pátria, Timor-Leste nossa Nação / Glória ao Povo e aos Heróis da nossa libertação”. Tudo isto contribui para incluir simbolicamente na comunidade timorense não só os vivos mas também aqueles cuja vida foi sacrificada para que a liberdade florescesse nesta terra. Assim se consubstancia um mandato claro no sentido de pôr em relevo, através da acção concreta das autoridades públicas, os feitos relevantes de quem se sacrificou pelos superiores interesses da Pátria, sejam eles mortos ou vivos.

Num outro plano, a mesma Constituição comete como um dos objectivos fundamentais da acção do Estado “afirmar e valorizar a personalidade e o património cultural do povo timorense” (Artº 6.g), nomeadamente através do reconhecimento explícito das “normas e usos e costumeiros” (Artº 2). Daqui se pode inferir que as acções destinadas a dar corpo à homenagem merecida pelos heróis devem ter em conta a diversidade cultural com fundas raízes na sociedade timorense, e por conseguinte assumir uma variedade de formas.

A acção do Estado timorense tem-se pautado pelo respeito pelo mandato constitucional, levando Xanana a exclamar: “Uma das missões fundamentais do estado timorense é assegurar que os heróis da libertação nacional são homenageados enquanto parte integrante e central desta memória colectiva que construímos dia após dia e que reforça a nossa identidade nacional” (2015). A construção de Timor-Leste como nação igualmente tem respeitado a variedade cultural própria de uma sociedade complexa, e assumiu já um conjunto assinalável de modalidades. Lembremos a título de exemplo a construção do Museu & Arquivo da Resistência Timorense, em Díli, que guarda e divulga a memória dos anos de luta, ou os trabalhos da CAVR que efectuou um levantamento notável do sofrimento do povo timorense para que as gerações do presente e do futuro não esqueçam esse acto de heroísmo colectivo que foi a Resistência, e que ficarão perpetuados na “Comarca de Balide”. Mais recentemente foram inauguradas duas estátuas de grande significado na cidade de Díli: a que se situa junto à igreja de Motael e recorda os mártires do massacre de Santa Cruz, e a que foi mostrada ao público em 18 de Maio de 2014 na rotunda junto ao aeroporto glorificando a figura de Nicolau Lobato, chefe da Resistência abatido pelo inimigo em 31 de Dezembro de 1978, e que será porventura a mais imponente estátua existente em todo o país. Recordemos também a forma como os Veteranos têm sido reconhecidos mediante a atribuição de diplomas e condecorações, até à concessão de um estatuto de pensionistas do estado com direito a subvenções públicas de elevada monta e outros benefícios sociais. (Roll, 2014)

Entre as iniciativas de maior relevo, cabe mencionar que o IV Governo Constitucional encabeçado por Xanana Gusmão iniciou um vasto programa de construção de cemitérios especialmente dedicados aos heróis nacionais. Primeiro, com a inauguração em 2009 do “Jardim dos Heróis” em Metinaro, localizado junto

à principal base militar, uma circunstância que ajuda a sublinhar o carácter eminentemente nacional da iniciativa. Mais tarde, decidindo construir réplicas a nível distrital, e mesmo algumas dedicadas especialmente a sub-distritos. Trata-se de um projecto gerido centralmente, obedecendo a uma regulamentação elaborada para o efeito (por exemplo, reservando o direito de sepultura àqueles que disponham de reconhecimento oficial ou limitando o tipo de manifestações de carácter religioso que se podem associar às cerimónias fúnebres ou que são permitidas mais tarde), o que permite compreender que tenha gerado respostas diversificadas - da adesão entusiástica ao desinteresse ostensivo - por parte da população. Por muito vasto que possa ser este programa, o número de mártires e heróis que podem ser sepultados nestes recintos é limitado, e existem pressões populares para que outras formas de culto sejam igualmente contempladas nestas formas de reconhecimento. Estas solicitações vão sendo geridas pelas autoridades numa base *ad hoc*, até porque existe uma tendência implícita nas políticas públicas para estabelecer uma hierarquia de prioridades, que resultam na marginalização de pessoas que se sentem com direito a serem contempladas (Kent, 2012: 182). Como bem disse Damian Grenfell, o resultado das políticas públicas é bem diferente daquele que se verificou noutras paragens onde foi possível estabelecer um modelo padrão de culto aos mártires, e em Timor-Leste “continua a não haver nenhum sítio que memorialize de forma generalizada a contribuição das vítimas do conflito” (2015: 21). Como mostrou Lia Kent não se deve descurar o carácter iminentemente político que assume as manifestações que se afastam do modelo oficial enquanto “lutas pelo reconhecimento no presente que baseiam a sua autoridade nas experiências colectivas de sofrimento” (2010: 191)

As lutas pelo reconhecimento no presente apelam assim a um conjunto vasto de iniciativas de homenagem aos “mártires” que tem sido abordado por vários autores que se debruçam sobre a história recente de Timor-Leste, pondo em relevo diversas perspectivas analíticas e teóricas. Michael Leach considera que o quadro de referência primordial é o que remete para a questão da construção da identidade nacional (Leach, 2009: 145, 149). A narrativa nacionalista alimenta-se em grande parte da história do sofrimento deste povo, e a sua reprodução nos novos tempos exige uma constante capacidade de integração de elementos que falam directamente ao coração dos timorenses, seja enquanto colectivo nacional, seja enquanto indivíduos concretos com histórias de vida particulares que se juntam para formar o quadro nacional.

Alexander Loch e Vanessa Prueller (2011) olham para estas iniciativas numa perspectiva que sublinha a herança traumática de um quarto de século de violência - a qual terá ido para além dos casos de afronta e tortura física individual a que se refere Jill Jolliffe (2008) quando advoga a necessidade de políticas de saúde pública para lidar com os sequelas dos traumas infligidos pelos indonésios, e assumido uma faceta colectiva na supressão imposta a rituais autóctones - e aponta no sentido de

poder ser através delas que parte significativa da superação dessa terrível experiência seja alcançada, sendo assim perspectivadas como um recurso terapêutico.

Damian Grenfell mostrou também como, no processo de memorialização e de prestação de culto aos “mártires”, o seu estatuto diferenciado dos que pereceram de morte natural ou acidente se traduz em formas e dimensões específicas que necessitam de ser observadas, bem assim o modo como os rituais realizados remetem para dimensões religiosas que abarcam práticas costumeiras e outras inseridas no canon da Igreja Católica timorense, a par de conotações claras com a dimensão da construção da identidade - sublinhando assim não só a complexidade de todo o processo como as inúmeras possibilidades de co-habitação dinâmica entre *kultura* e modernidade.

A obra de Lia Kent tem vindo a sublinhar as “fricções” que se estabelecem entre um discurso oficial que se desdobra em práticas regulamentadas através dos quais “os líderes políticos procuram disseminar um sentido de consciência nacional pela via de projectos de memória nacional” e “as práticas que se desenrolam de forma diversa da antecipada”, na medida em que se verifica que as práticas sociais estão “intricadamente envolvidas com questões de poder, legitimidade e reconhecimento no presente” que conduz a que “as tentativas dos líderes políticos para desenhar uma memória oficial acabem por produzir o paradoxo de constituírem o ímpeto para uma ampla gama de práticas alternativas e debates sobre memória” (2015: 1).

Elizabeth Traube mostra, a partir do caso dos Mambae que foram seus interlocutores antes da invasão e com quem voltou a trabalhar após a independência, que o seu envolvimento na luta pela independência carece de “consideração” como recompensa pelo que sofreram pela nação (2007, 2011: 131). Mais ainda, acaba por concluir que para os Mambai “a legitimidade do estado-nação depende da sua vontade e habilidade para reconhecer e pagar de volta aos seus fundadores”. “O ‘povo’ na imaginação Mambae são aqueles que reclamam consideração na base daquilo que sofreram pela nação”. (2011: 137).

A nossa perspectiva reconhece as contribuições positivas que acabamos de referir, sobretudo a análise política do conflito em torno da memória colectiva protagonizada por Lia Kent. A centralidade do conceito de “consideração” ou “reconhecimento” que Elizabeth Traube elabora a partir dos sentimentos dos Mambae para depois os articular com a noção de dádiva e contra-dádiva na construção da nação é o nosso ponto de partida sobre a articulação entre a memorialização dos “mártires” e a necessidade de afirmar uma narrativa que coloque os mortos no cerne da luta de libertação nacional, dissipando quaisquer dúvidas sobre o seu comportamento que as vicissitudes do conflito e da opressão que constituíam o quadro histórico em que o seu desaparecimento ocorreu possa ter gerado, contribuindo assim para um projecto de construção de uma memória social. É também neste domínio do reconhecimento social enquanto constructo simbólico

e moral que Axel Honneth coloca “a gramática moral dos conflitos sociais”, atribuindo-lhe uma centralidade na determinação de comportamentos sociais que rivaliza com noções mais “objectificáveis” de interesse e de desigualdade de distribuição de oportunidades materiais (1995: 161).

Iremos de seguida apresentar quatro formas diversas de edificações dedicadas aos mártires, salientando a forma como instituem formas sobrepostas de reconhecimento e reputação que não se anulam mutuamente mas pelo contrário contribuem em complemento para esse projecto plural de memorialização.

Monumentos nacionais: “O Jardim dos Heróis”

Logo após a independência começou-se a estudar a criação de um memorial nacional, integrado no projecto de valorização da Resistência como elemento chave na construção da identidade nacional. Foi com a eleição de Xanana Gusmão para Primeiro-Ministro que essa ideia ganhou força, e se veio a concretizar, numa primeira fase, na criação em Metinaro do “Jardim dos Heróis”. A sua inauguração teve lugar em 2009, tendo então sido sepultados cerca de 400 cadáveres, maioritariamente localizados através do “programa de recolha de restos mortais” levado a cabo pelas F-FDTL. Em finais de 2014 o computo ia em cerca de 600. Para além de acolher mártires, este cemitério nacional tem vindo a acolher igualmente os restos mortais de “heróis” tais como Francisco Xavier do Amaral, o homem que leu a proclamação de independência em 28 de Novembro de 1975 e faleceu em 2012, hoje lá sepultado em lugar de grande destaque, ultrapassando assim a definição básica de “mártires”.

Os “Jardins dos Heróis” são cemitérios concebidos à imagem de outros cemitérios de guerra. Há neles um contraste muito grande com as práticas de outros cemitérios timorenses, como é o caso de Santa Cruz. Enquanto neste, como em tantos outros, há uma ocupação caótica do espaço, e cada sepultura se distingue das demais pelo seu traçado arquitectónico, pelos materiais que utiliza, pelas cores que exhibe, acentuando uma visão individualizada do defunto, no cemitério de Metinaro assiste-se a uma organização traçada a régua e esquadro, com sepulturas todas idênticas (embora possa haver a intenção de alocar talhões consoante a posição do defunto na estrutura da luta, e portanto uma certa forma de hierarquização não aparente), feitas do mesmo material e da mesma cor. Aqui o que se sublinha é a comunalidade do destino, o facto de que perante a morte todos são iguais – e que a todos é devido um respeito igual.

Alguns familiares de desaparecidos entretanto localizados pelas F-FDTL preferiram dar outro destino aos seus parentes, nomeadamente reconduzindo-os às proximidades do local onde nasceram ou onde residem os sobreviventes. Em última análise, conforme nos afirmou Faustino dos Santos, “veterano de 1º grau” com

mais de 14 anos de pertença à luta no mato, e ex-deputado no Parlamento Nacional (UNDERTIM), “o *adat* não deixa guardar os ossos nesse sítio”, e as práticas rituais são vistas como podendo estar em causa. Como já referimos, as manifestações culturais autorizadas são restritas em Metinaro, estando associadas de perto a rituais católicos.

Apesar da generosa dimensão do “Jardim dos Heróis” em Metinaro, o Estado criou um programa de replicação dos Jardins dos Heróis ao nível distrital, implicando um avultado investimento financeiro que deverá exceder, até ao momento, os três milhões de dólares. Em Lautém, as duas primeiras fases da construção do “Jardim dos Mártires e dos Heróis do distrito” e o “Ossuário”, onde se recolhem provisoriamente os restos mortais que aguardam o momento de serem definitivamente sepultados, delimita uma área de cerca de vinte mil metros quadrados, ou seja, com uma capacidade de receber milhares de restos mortais. Com uma cerca e um majestoso portão de entrada replicando em escala menor o portão do cemitério de Metinaro, as obras estão concluídas desde meados de 2013, representando um investimento público que deverá ultrapassar os \$250.000. Até finais de 2014, apenas cinco ossadas foram depositadas no Ossuário, e nenhum enterramento foi efectuado. A desconfiança dos Fataluku em relação a esta estrutura oficial permanece elevada, sendo residual o número daqueles que decidiram solicitar permissão para homenagear os seus familiares nesse local.

O monumento de Pehefitu (Muapitine)

No dia 8 de Dezembro de 1983, foi levado a cabo um massacre na aldeia de Pehefitu, *suku* Muapitine, que perdurou na memória local. Os contornos desse evento são particularmente revoltantes: cinco elementos da Resistência que tinham sido presos cerca de duas semanas antes foram trazidos de volta pelas autoridades de distrito, que anunciaram antecipadamente ao povo que o iriam fazer, dando instruções para que todos se juntassem como se fossem a uma festa. Uma vez reunida a população, as autoridades deixaram os prisioneiros conviver com as suas famílias, mantendo-os sob vigilância até ao momento em que os chamaram para dentro de uma casa, onde foram amarrados. De seguida, o *Bupati* deu instruções ao *xefe suku* e a vários *xefe aldeia* para que matassem os prisioneiros a golpes de arma branca, o que estes efectivamente fizeram perante o olhar atónito e aterrado da população reunida que esperava a sua libertação. Para acrescentar um elemento ao horror da situação, refira-se que um destes massacrados, Ângelo da Costa, terá sido levado para a sua sepultura ainda vivo, tendo os indonésios insistido para que fosse enterrado nessas condições. A sua sepultura, a cerca de um quilómetro de distância, foi mantida no local de origem, mas após o pagamento das primeiras pensões aos veteranos a família decidiu fazer obras de embelezamento. Nela se

pode ler: “Massacrado e tombado pelo assassinado Força Militar da Indonésia numa cerimónia oficial e foi sepultado com a condição vivo”.

No ano de 2005, o *xefe suku* Acácio da Silva – ele próprio um veterano que serviu de chefe de segurança de Xanana Gusmão entre 1985 e 1990 – em sintonia com a “exigência” das famílias que tinha também apoio popular, procurou erigir um monumento que recordasse o trágico evento e homenageasse os mártires que nesse dia caíram. Numa época de poucos recursos financeiros, antes mesmo do Estado ter começado a edificar monumentos que prestassem homenagem aos seus heróis (Kent, 2010: 192), foram algumas ONG e o apoio do secretário do distrito que conseguiram mobilizar cerca de \$1,500 para se fazer a evocação. O monumento, que não contém nenhuma sepultura, situa-se no mesmo local onde se diz que as mortes tiveram lugar. Num painel na sua base, uma pintura evoca o trágico dia, e um texto inscrito num outro painel descreve com minúcia os acontecimentos. Num terceiro painel encontram-se escritos os nomes de mais 74 pessoas deste mesmo *suku* que terão pertencido à Frente Armada e à Frente Clandestina e que foram abatidos entre 1977 e 1999. Este monumento foi inaugurado em 28 de Agosto de 2005 pelo então Presidente da República, Xanana Gusmão – alguém que muito bem conhece a Ponta Leste por aí ter passado largas temporadas durante a ocupação.

O memorial do Comandante Falu Cai e seus companheiros

Em 21 de Julho de 1985, o comandante Falu Cai (Miguel Pereira) e 8 dos seus homens foram abatidos a tiro a poucos quilómetros da vila de Lospalos. As circunstâncias do trágico evento são simultaneamente bem conhecidas e envoltas em controvérsia. Sabe-se que o Presidente do Parlamento Regional, Luís Monteiro Leite, se dirigiu a um encontro com elementos da Resistência, no qual esperava poder conversar com o próprio Xanana. Os seus contactos com o líder da Resistência poderiam dever-se ao facto de Xanana, nessa altura, ter uma relação sentimental com uma sua irmã. Na realidade, Xanana não compareceu a esse encontro, indo Falu Cai a chefiar o grupo de combatentes. No fim do dia, Falu Cai e os seus 8 companheiros, bem como Luís Monteiro Leite, estavam mortos.

Uma fonte importante para este episódio é o então governador de Timor-Timur, Mário Viegas Carrascalão. No seu livro de memórias (2006) diz que os serviços secretos indonésios estavam a par da relação sentimental entre Xanana e a irmã de Monteiro Leite, e que pretendiam usar esse canal para tentar aprisionar ou abater Xanana. Carrascalão terá tentado dissuadir Monteiro Leite de participar nesse golpe, mas sem sucesso. Os comandantes militares indonésios começaram por apresentar o sucedido como uma troca de tiros entre as duas delegações, durante a qual indivíduos de ambos os lados teriam sido abatidos. Mas a viúva de Monteiro

Leite, apoiada no testemunho do seu motorista, apresenta uma versão que o governador acredita ser mais verosímil: um destacamento de forças militares indonésias ter-se-ia acercado do local da reunião, de que tinham prévio conhecimento, e decidido abrir fogo sobre todos os participantes. Nesta versão, Monteiro Leite teria sido vítima da sua ingenuidade, e claramente traído pelos mentores do golpe.

Resta dizer que a posição de Falu Cai não emergiu com clareza neste processo. Obviamente que a sua morte e dos seus companheiros representou uma perda significativa para a Frente Armada. Mas logo de seguida instalou-se uma dúvida: teria ele ido ao encontro a mando do seu comandante, que estava ao corrente do que se passava (o que a suposta ligação directa por via da irmã de Monteiro Leite permite sustentar), ou pelo contrário, terá ele tomado uma iniciativa “aventureirista” e assumido a responsabilidade pela decisão de comparecer a um encontro suspeito? Só Xanana poderá responder em consciência. Sabe-se que, em tempo de guerra, há exigências de eficácia de acção que por vezes toldam a verdade. É por vezes difícil assumir as responsabilidades por acções que tem finais trágicos, sendo frequente fazer recair as culpas não sobre o comando mas sobre os executantes da tarefa.

Neste quadro em que a dúvida sobre o heroísmo dos guerrilheiros se instalou, trazendo amargos dissabores à viúva de Falu Cai ao longo de muitos anos, a começar pelo modo como se sentiu desamparada quando teve de se render após a morte do marido, a persistente luta da Senhora Albina Marçal Freitas assume um duplo significado: prestar homenagem condigna a um mártir da luta de libertação e contribuir para que o seu nome seja limpo de qualquer suspeita de comportamento menos correcto, e que seja consolidada a lenda da sua morte ao serviço da sua causa e do seu comandante.

Segundo testemunhas da época, os corpos destes mártires terão sido sepultados em três valas próximas umas das outras. A viúva de Falu Cai, que o acompanhou dez anos no mato, foi capturada pelos indonésios em 1985 e passou 4 anos na cadeia. Nunca voltou a cara à luta, envolveu-se de diversas formas com a Resistência, e hoje é deputada (CNRT). Esta senhora entende que “quando se faz uma sepultura é difícil depois mexer nela”, e por isso decidiu erguer o memorial a estes mártires no local onde tombaram e foram sepultados, prescindindo de qualquer análise moderna por métodos forenses, e mantendo a sua atitude dentro dos parâmetros das práticas tradicionais de lidar com casos como este.. O memorial que está a ser erguido é constituído por três construções que hoje se erguem na aldeia de Caivaca, ainda inacabadas, mas com obras a decorrer no momento em que o visitamos pela última vez (Agosto 2014).

A iniciativa deste memorial pertence inteiramente à Senhora Albina Marçal Freitas, que suportou os custos da primeira fase sem qualquer apoio que não fosse o que lhe advinha das pensões de veteranos a que a sua família tem direito – a sua e a

do seu marido, que foi reivindicada pelos filhos. Mas como os tempos hoje são outros, conseguiu que o Parlamento Nacional onde tem assento votasse, com apoio de todos os partidos, uma dotação especial de \$50,000 como participação na obra. Por outro lado, uma placa no local das obras dá conta de que o Ministério da Solidariedade Social está a custear em mais de \$60,000 a actual fase do projecto. Trata-se, para todos os efeitos, de verbas significativas que se antevê possam contribuir para consolidar a ideia da nobreza do sacrificio do comandante Falu Cai e dos seus homens.

Os túmulos de Nualata

Junto à estrada que liga Lospalos a Loré e à costa sul, encontramos um impressionante cemitério em Nualata. Este cemitério contém apenas elementos de uma mesma família, e situa-se no terreno confinante com residências ainda hoje ocupadas por parentes dos falecidos. As campas obedecem a uma disposição regular, apresentam um desenho muito semelhante, usando uma profusão de cores alegres, e exibem claramente sinais de se tratar de mártires caídos no tempo da luta (bandeiras políticas, pintura de armas, deposição de camuflados sobre campas) depois de terem partido para o mato no início de 1976. Segundo fomos informados, terão perecido entre 1979 e 1986, e as buscas pelos seus cadáveres decorreram em 2008 e 2009, mobilizando antigos guerrilheiros que ajudaram na procura – mas desta feita, sem apoio da F-FDTL. No total, existem neste local 40 campas, erigidas de modo a que os funerais se realizassem todos no mesmo dia, acompanhados de cerimónias tradicionais. Talvez não seja estranho a todo este processo que um dos elementos da família, Faustino dos Santos, tenha sido ele próprio elemento destacado da Resistência e hoje ocupe uma posição de relevo no partido UNDERTIM (de que chegou a ser deputado entre 2007 e 2012), uma força política que se tem distinguido pela defesa da necessidade de se pagarem as dívidas de gratidão para com os mártires.

É importante referir que o processo de recuperação dos restos mortais dos mártires caídos em combate é por vezes muito difícil. Um familiar dos mártires de Nualata afirmou-nos que a busca das ossadas no Matebian mobilizara esforços de várias dezenas de pessoas por mais de um mês – e mesmo com auxílio de testemunhas que haviam sobrevivido, nem sempre foi possível localizar os despojos.

A construção deste memorial beneficiou de um apoio público que a família, através de um veterano sobrevivente, nos afirmou ter sido obtido por influência directa de Xanana Gusmão, e que terá ascendido a \$8.000 – uma fracção do investimento realizado, para onde foram canalizadas verbas recebidas pela família a título de pensão de veteranos. Apesar desse apoio, nenhum membro do governo compareceu à cerimónia de inauguração, o que terá sido considerado uma afronta,

um lapso no reconhecimento devido aos que sofreram pela libertação nacional tanto mais que o Secretario de Estado com esse pelouro havia participado tempos antes numa cerimónia semelhante que envolvia, no mesmo *suku*, um antigo membro do Comité Central da FRETILIN, também ele alvo de um processo de consagração através de uma nova sepultura.

O cemitério de Nualata é um exemplo importante de estruturas criadas pelas famílias dos mártires timorenses tendo em vista prestar-lhes a devida homenagem. Mas a paisagem deste distrito está povoada de largas dezenas de memoriais deste tipo – desde campas isoladas até pequenas aglomerações como aquela onde se presta “Honra e Glória aos Heróis e Mártires da Libertação Nacional”, à entrada de Tutuala. Em comum têm uma maior sintonia com outros cemitérios em termos da diversidade das campas, sendo contudo de notar o uso generalizado de referências explícitas ao engajamento político de cada um dos desaparecidos, com uso de bandeiras ou de representação de armas, e de uma tendência para usar profusamente uma paleta ampla de cores.

Para além deste tipo de monumentos dos quais nos ocupámos neste artigo, amplos sectores da população parecem preferir formas descentralizadas de homenagear os seus mártires. Duas razões podem estar relacionadas com esta tendência: por um lado, a necessidade sentida de tratar deste assunto o mais brevemente possível, sem esperar os trâmites associados à construção dos cemitérios nacionais e regionais e sem se submeter aos regulamentos que os regem, com um grau elevado de centralização de decisões em Dili. Muito se tem escrito sobre o impacto da independência sobre o retonificar de manifestações culturais que teriam sido reprimidas durante a ocupação (e.g. McWilliam, 2008), o que contribui para se compreender a vontade de repor o mundo em ordem sem esperar pelas orientações provindas das autoridades nacionais. Muitos memoriais que vimos foram construídos há já algum tempo, enquanto os Jardins dos Heróis a nível distrital são mais recentes, estão inacabados ou ainda em fase de projecto.

Há ainda a considerar a questão da proximidade das sepulturas em relação ao local onde os mártires habitaram, ou onde os seus familiares ainda hoje residem, facilitando a prestação continuada de atenção às campas e a celebração de rituais regulares, ou ainda ao local onde tombaram. Conforme nos disse um importante quadro da FRETILIN na Ponta Leste, “os ossos têm de ser postos perto dos seus antepassados e das suas casas”. Para outro antigo combatente, seria mesmo a *kultura* que desaconselharia uma solução do tipo dos cemitérios centrais. Ambos estes factores convergem na tendência evidenciada para privilegiar uma disseminação no território de marcas evidentes da presença de “mártires”. De certa forma, é como se se quisesse enfatizar que a luta teve lugar um pouco por toda a parte, que a dor bateu a muitas portas, e que se deseja que o próprio território exiba para sempre marcas fortes desse duro combate, ora solidário ora solitário, por cada palmo de terra de Timor-Leste.

Concluindo

Olhando para este conjunto casos, o que poderemos sugerir sobre o modo como os timorenses estão a cumprir o seu propósito de homenagear os mártires e a articular nessa acção formas de empenho do estado em compensar e reconhecer o sofrimento dos que lutaram e das suas famílias?

Como desde o início referimos, interessa enquadrar este processo na construção da memória. Tal não implica apenas olhar para trás, focando o olhar no passado, mas sobretudo garantir as melhores condições possíveis para a vida das gerações futuras. Neste sentido, a homenagem aos “mártires” no Timor-Leste contemporâneo não se limita a proporcionar uma sepultura condigna aos que morreram na luta, ela assume-se como uma celebração da vitória dos ideais. Nas sepulturas dos “mártires” não está apenas a derrota circunstancial que levou pessoas a uma morte que se chora, está também a alegria pela derrota do inimigo e o triunfo final da causa pela qual os heróis lutaram. Em Lautém, a profusão de homenagens em que os mártires são lembrados em sepulturas que exibem as bandeiras das FALINTIL, da FRETILIN, do CNRT, ou mesmo a bandeira nacional, com a suas cores vibrantes, afasta do nosso espírito o aspecto sombrio da morte e convoca a luminosidade da vida.

Mostrámos e exemplificámos neste artigo que os memoriais de celebração dos “mártires” assumem uma variedade significativa de modalidades. Se é certo que o estado nacional estruturou uma política centrada em grandes construções de homenagem aos “mártires” – o cemitério nacional de Metinaro e os “Jardins dos Heróis” a nível dos vários distritos – a verdade é que essas estruturas não têm revelado capacidade de absorver a totalidade das manifestações populares relacionadas com o destino final dos restos mortais dos seus parentes. Para sectores importantes das elites, a honra de ter parentes sepultados nestes grandiosos cemitérios é certamente bem visível. Pudemos constatá-lo em 2013 quando assistimos ao imponente funeral dos familiares do antigo ministro Rogério Lobato, vítimas inocentes de um massacre ocorrido pouco depois da invasão indonésia, ou quando vemos que os restos mortais de Afonso Sávio, um líder importante da FRETILIN em Lospalos, desaparecido em 1979, estão já depositados no Ossuário do distrito.

Vimos neste breve artigo que, na sequência do mandato constitucional, o Estado nacional tem vindo a disponibilizar verbas avultadas para a edificação de memoriais que viabilizam reconhecimento, consideração a quem morreu pela libertação nacional o que, como bem argumentou Traube (2007, 2011), sustenta a própria visão do que se espera do Estado e do equilíbrio de dádiva e contra-dádiva, contemplado até na legislação sobre veteranos. Uma parte substancial dessas verbas tem sido canalizadas para os “Jardins dos Heróis”, mas também é certo que na

Ponta Leste os túmulos de Nualata ou o memorial a Falu Cai, entre outros, beneficiaram de contribuições especiais a que geralmente se associa o nome de Xanana Gusmão que, nos tempos em que chefiou a frente armada passou longas temporadas nesta região e conhece pessoalmente muitos dos envolvidos (para dar um exemplo: Xanana foi padrinho de casamento, no mato, do comandante Falu Cai e de Albina Marçal Freitas)²⁶. Para além destes contributos directos do Estado, as verbas utilizadas para a construção de todos estes memoriais descentralizados provém também das pensões de veteranos atribuídas aos familiares dos mártires. Na verdade, o recebimento por parte dos familiares dos mártires de pensões e outros benefícios outorgados pelas autoridades públicas concorrem para que estes sintam que essas benesses são uma dádiva aos mortos que gera uma situação de dívida para com eles, a qual tem de ser paga através de práticas de culto a esses mortos. Tanto os benefícios materiais como o prestígio que advém da relação de familiaridade com os mártires são entendidos como parte integrante de um processo de interacção entre vivos e mortos que assenta na reputação dos mártires como heróis do novo tempo timorense, reputação essa que incumbe aos sobreviventes preservar e se possível ampliar através de actos de cultos adequados.

Os casos expostos neste artigo permitem-nos, por fim, considerar o quanto os timorenses estão dispostos a investir no património edificado que memorializa os antepassados por forma a solidificar uma posição dentro de uma sociedade estratificada e hierarquizada que permita encarar em melhores condições o usufruto de benefícios futuros numa nação que é entendida como uma “comunidade fechada de estranhos que se deslocam ao mesmo tempo através do tempo” e da qual os mortos com os seus direitos são parte integrante. (Grenfell, 2015: 16, 18).

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, Pierre. 2010. *A Distinção. Uma critica social da faculdade de juízo*. Lisboa, Edições 70
- , 2014. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Edições 70
- Carrascalão, Mário Viegas, 2006, *Timor Antes do Futuro*, Díli, Livraria Mau Huran

²⁶ A presença de Xanana Gusmão na Ponta Leste durante os anos em que esteve “no mato”, sobretudo os que se seguiram à invasão indonésia, ainda antes de assumir a chefia da guerrilha, está bem documentada na biografia que dele fez Sara Niner (2011), bem como na biografia do seu sucessor Konis Santana publicada por José Mattoso (2005). Foi aí, no *suku* Mehara, que em Setembro de 1982, já depois de ser tornado comandante das forças de Resistência, teve lugar o seu crucial encontro com Monsenhor Martinho da Costa Lopes, então o mais alto dignitário da Igreja Católica Timorense., que teria as maiores consequências no processo de evolução política. É frequente encontrar no distrito de Lautém indivíduos que nos contam histórias pessoais que envolvem relacionamentos próximos com Xanana, que é frequentemente citado pelas relações estreitas com esta zona do país

- Chambert-Loir, H. e A. Reid (eds). 2002. *The Potent Dead: ancestors, saints and heroes in contemporary Indonesia*, Honolulu: Allen & Unwin and University of Hawai'i Press
- Grenfell, Damian. 2012. "Remembering the dead from the customary to the modern in Timor-Leste" in *Local-global: identity, security, community - Traversing customary community and modern nation-formation in Timor-Leste*, editor convidado D. Grenfell, Vol. 11: 86-108.
- . 2015. "Of Time and History: the dead of war, memory and the national imaginary in Timor-Leste" in *Communication, Politics & Culture* 48 (3): 16-28
- Gerth, H.H. e C. Wright Mills (eds). 2009. *From Max Weber*. London e New York, Routledge
- Gusmão, Xanana. 2015. "Discurso de Sua Excelência o Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão por ocasião da sessão de abertura da conferencia internacional 'Memoria e Identidade Nacional' organizada pelo Arquivo e Museu da Resistência Timorese" disponível in <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2015/01/Conferência-Internacional-Memória-e-Identidade-Nacional-26.1.20151.pdf>
- Hicks, David, 2012. "Adat and the Nation-State. Opposition and Synthesis in two political cultures" in Michael Leach and Damien Kingsbury (eds), *The Politics of Timor-Leste: Democratic Consolidation after Intervention*. Ithaca, Cornell Southeast Asian Programme: 25-44
- Honneth, Axel. 1995. *The Struggle for Recognition. The moral grammar of social conflicts*. Cambridge, Polity Press.
- Jolliffe, Jill. 2008. "Psychosocial healing as a prerequisite to good governance in East Timor" in D. Mearns (ed), *Democratic Governance in Timor-Leste: reconciling the local and the national*. Darwin, Charles Darwin University Press, 10-16
- Kent, Lia. 2010. "The politics of remembrance and victims' rights" in M. Leach et al (eds), *Hatene kona ba / Compreender / Understanding / Mengerti Timor-Leste*, Hawthorne, Swinburne Press, 190-195
- . 2012. *The Dynamics of Transitional Justice*. Abingdon, Routledge
- . 2015. "Remembering the past, shaping the future: memory frictions and nation-making in Timor-Leste", Canberra, ANU SSGM discussion paper 2015/1
- Leach, Michael. 2009. "Difficult Memories. The Independence struggle as cultural heritage in East Timor", in W. Logan e K. Reeves (eds), *Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult Heritage'*, London, Routledge
- Loch, Alexander.e Vanessa Prueller. 2011. "Dealing with Conflicts after the Conflict: European and Indigenous Approaches to Conflict Transformation in East Timor" in *Conflict Resolution Quarterly*, 28 (3): 315-329

- Mattoso, José. 2005. *A Dignidade: Konis Santana e a Resistência Timorese*. Lisboa: Temas e Debates.
- McWilliam, Andrew. 2008. "Fataluku Healing and Cultural Resilience in East Timor" in *Ethnos*, 73 (2): 217–240.
- Niner, Sara. 2011. *Xanana. Uma biografia política*. Lisboa, Dom Quixote
- Origg, Gloria. 2016. *La réputation*. Paris, Presses Universitaires de France
- República Democrática de Timor-Leste, 2002, *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*, Díli, Assembleia Constituinte.
- Roll, Kate. 2014. *Inventing the Veteran: Post-Conflict Reintegration and State Consolidation in Timor-Leste, 1999-2012*. Oxford University D.Phil dissertation
- Silva, Kelly C. 2009. "Suffering, Dignity and Recognition: sources of political legitimacy in independent Timor-Leste" in C. Cabasset-Semedo e F. Durand (eds), *Timor-Leste: how to build a new nation in Southeast Asia in the 21st century*. Bangkok, IRASEC, 139-155
- , 2014. "O governo da e pela kultura. Complexos locais de governança na formação do estado em Timor-Leste", in *Revista Critica de Ciências Sociais*, 104: 123:150
- Traube, Elizabeth, 2007. "Unpaid Wages: Local Narratives and the Imagination of the Nation." *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, 8 (1): 9-25.
- , 2011. "Planting the Flag" in A. McWilliam and E. Traube (eds) *Land and life in Timor-Leste : ethnographic essays*. Canberra, Australian National University Press
- Tribess, Camila. 2014. "CAVR Timor-Leste: disputas entre a formação de verdades e a construção de justiças" in H. Looney et al. (eds) *Hatene kona ba / Compreender / Understanding / Mengerti Timor-Leste – vol 1*, Melbourne e Díli, Timor-Leste Studies Association, 170-175
- Viegas, Susana de Matos e Rui Graça Feijó. 2016a. "O Lugar dos Mortos. Geografias móveis e os monumentos aos Mártires em Timor-Leste" in C. Saraiva et al (eds) *Morte e Movimento: gestões transnacionais das narrativas e dos rituais de morte*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- , 2016b. "Memórias Contestadas: Monumentos Funerários em Lospalos" in Sarah Smith, Nuno Canas Medes, Antero da Silva, Alarico da Costa & Clinton Fernandes (eds.) *Timor-Leste: the local, the regional, the global. Proceedings from the Timor-Leste Studies Association Conference* .Melbourne: Swinburne University Press.

